

INTRODUÇÃO

A produção científica relativa à área de Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) ainda é bastante incipiente no contexto brasileiro, embora os precursores da área tenham pesquisado e divulgado seus trabalhos a partir da década de 1920-1930. Há várias razões que podem ser adjudicadas a este fato, dentre elas os mitos e crenças populares a respeito, que não raramente impedem a identificação e mesmo o atendimento a estas pessoas; a falta de informação, de recursos financeiros para a Educação e, conseqüentemente, para a Educação Especial e para a formação dos professores, que se sentem incapazes de identificar e/ou atender estes alunos e a falta de estatísticas oficiais fidedignas nesta área.

Desta forma, embora no exterior o tema já seja pesquisado desde finais do século XIX e, no Brasil, já tenham se passado mais de 75 anos desde sua primeira abordagem pelos pesquisadores, as investigações neste campo ainda são bastante escassas.

O presente artigo tem por objetivo contribuir para a atualização de informações sobre a pesquisa e a produção científica na área de AH/SD, numa tentativa de mostrar o que tem sido feito até agora e incentivar o seu aprimoramento.

O conhecimento sobre AH/SD, como em qualquer outra área, se evidencia em três âmbitos: os eventos científicos, a pesquisa e a produção científica, todos bastante escassos. Para os levantamentos aqui apresentados, foram utilizadas as próprias publicações da área, as informações disponibilizadas pela Secretaria de Educação Especial do Ministério de Educação e dois bancos de dados importantes no nosso País: o Banco de Teses da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior, que reúne os resumos das teses, dissertações e monografias de cursos Profissionalizantes defendidas durante 21 anos (1987-2007) e os trabalhos apresentados nas Reuniões Anuais da ANPEd - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, durante os últimos 18 anos (1991-2008), no Grupo de Trabalho 15 (GT-15) que trata especificamente da área de Educação Especial. Para contextualizar a pesquisa e a produção científica é importante conhecer um pouco da história das AH/SD no Brasil que se reflete nos avanços da política educacional e no movimento da sociedade civil.

OS AVANÇOS NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

A política educacional brasileira, no que se refere às AH/SD, só começa a engatinhar na década de 70. O texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) aprovada em dezembro de 1961 (Lei 4024) incluía só de forma implícita os alunos com AH/SD, ao garantir a educação aos 'excepcionais' (Art. 88 e 89).

Somente na LDB de 1971 (Lei 5692), aprovada em agosto do mesmo ano, a inclusão nas letras da lei fica explícita, por primeira vez, no Artigo 9º que determina que “os *superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação*” (BRASIL, 1971, s. p.).

O atendimento a esses alunos é abordado por três Pareceres do Conselho Nacional de Educação: o Nº 255, de março de 1972, que reconhece os alunos que revelam talento especial e defende a não existência de barreiras entre séries escolares; o Nº 436, de maio do mesmo ano, que admite matrícula condicional de aluno superdotado em curso superior antes da conclusão do segundo grau; e o Nº 681, de maio de 1973, que estabelece que o Conselho Nacional de Educação “*fixará o conceito e as formas de apurar o superdotado*” (BRASIL, 1995, p. 10).

Esta ‘inclusão’ legal é acompanhada pela criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), vinculado ao MEC, em 1973, que procura apontar ações educativas e financiar as iniciativas de atendimento às pessoas com deficiência e às pessoas com AH/SD.

As novidades importantes da década de 80 incluem a Portaria nº 69, de agosto de 1986, que define o termo Superdotado e suas características; e o Parecer 711/87, de setembro de 1987, que estabelece Ações de Atendimento ao Superdotado (BRASIL, 1995).

Em 1986, o CENESP é substituído pela então SESPE, Secretaria de Educação Especial, que, nesse ano, publica os Subsídios para a Organização e Funcionamento de Serviços de Educação Especial (1986), com um volume dedicado à Área de AH/SD e as Diretrizes Gerais para o Atendimento Educacional aos Alunos Portadores de Altas Habilidades/Superdotação e Talentos, reeditados em 1995.

É importante salientar que, em 1993, ocorre o encontro de trabalho para discutir e elaborar a Política Nacional de Educação Especial, com participação ativa de pesquisadores da área de AH/SD, que resultou no primeiro documento deste gênero que avança nesta área, incluindo este aluno explicitamente na definição de Pessoa Portadora de Necessidades Especiais (BRASIL, 1994, p. 22), como aquela:

[...] que apresenta, em caráter permanente ou temporário, algum tipo de deficiência física, sensorial, cognitiva, múltipla, condutas típicas ou altas

habilidades, necessitando, por isso, de recursos especializados para desenvolver mais amplamente o seu potencial e/ou superar ou minimizar suas dificuldades. No contexto escolar, costumam ser chamadas de pessoas portadoras de necessidades educativas especiais [grifos nossos].

Entretanto, o avanço maior acontece na primeira década do novo milênio, quando o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei Federal Nº 10172, em janeiro de 2001, determina a implantação do atendimento aos alunos com AH/SD, e nas Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica, de setembro de 2001.

A verdadeira concretização de uma política educacional para os alunos com AH/SD começa a delinear-se em 2005, quando a SEESP, em parceria com a UNESCO e o FNDE, implanta os Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação – NAAH/S nos 26 estados e no Distrito Federal, que são, hoje, fortes referências para o atendimento a essa população.

Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) define com clareza os alunos com AH/SD como alvo de atendimento educacional especializado em todas as etapas e modalidades da Educação, e o Decreto 6571/08 determina as formas de oferta desse atendimento e a responsabilidade técnica e financeira do MEC na sua ampliação, ainda definindo a transferência de matrícula adicional para os alunos atendidos por essa modalidade de educação.

Apesar do processo ainda estar bastante lento, principalmente devido às diferenças regionais e à falta de profissionais especializados, parece que finalmente, o Brasil implanta uma política pública para o atendimento às AH/SD que visa à atender as demandas que a sociedade civil vem reivindicando há tanto tempo.

O MOVIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL

O movimento pela defesa dos direitos das Pessoas com AH/SD também começa a se consolidar na década de 70, partindo da iniciativa de profissionais e pesquisadores da área. A fundação da então Associação Brasileira para Superdotados (ABSD), em 1978, com seis seccionais estaduais (DF, ES, GO, MG, PR e RS), além da sede nacional, no Rio de Janeiro (ABSD-RS, 2000), é o primeiro passo neste sentido.

Em 1993, a Dra. Zenita Guenther funda o Centro para Desenvolvimento do Potencial e Talento CEDET, importante referência de atendimento no País, que funciona em parceria com a Associação de Pais e Amigos para Apoio ao Talento (ASPAT).

No ano 2003 é fundado o Conselho Brasileiro para Superdotação (ConBraSD), quando a antiga ABSD deixa de ter representação nacional. As antigas seccionais agora são entidades autônomas e novas entidades são fundadas, totalizando 10 estados com

representações da sociedade civil, quase todas filiadas ao ConBraSD, que atualmente tem associados em todos os estados brasileiros.

A grande maioria dessas entidades conta com conselhos técnicos integrados por profissionais e pesquisadores da área e tem promovido - e inclusive desenvolvido - atividades de informação, formação, pesquisa e atendimento. A título de exemplo, no Rio Grande do Sul, a Associação Gaúcha de Apoio às Altas Habilidades/Superdotação (AGAAHSD) tem formado mais de 600 educadores do Sistema de Educação em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA ÁREA

Os eventos técnico-científicos

Os 55 eventos técnico-científicos da área realizados no Brasil entre 1971 e 2008 têm sido fruto, quase que exclusivamente, do esforço das associações representativas, que têm procurado a parceria dos órgãos educacionais do País e de instituições de ensino superior e/ou da iniciativa privada, para sua consecução, o que comprova a importância da sociedade civil no desenvolvimento científico da área.

A década de 70

O primeiro Seminário Nacional sobre Superdotados, realizado na UnB, em 1971, abre um período de grande movimentação e produção científica na área.

Uma intensa agenda de eventos [Encontro de Especialistas na Área de Superdotados (1974); Semana de Estudos sobre Educação Especial dos Superdotados, em colaboração com a UFRJ, e Seminário sobre Técnicas de Enriquecimento de Currículos para Superdotados, juntamente com o Centro de Recursos Humanos João Pinheiro, em Belo Horizonte (1975); II Seminário Nacional sobre Superdotados (Rio de Janeiro, 1977) e III Seminário Nacional sobre Superdotados (São Paulo, 1979)] (NOVAES, 1979, PÉREZ, 2004) indica o crescente interesse na área.

A década de 1980

Nos anos 80, o Seminário Nacional sobre Superdotados, com periodicidade bienal, realiza sua 4ª edição em Porto Alegre (1981); a 5ª, em Salvador (1983); a 6ª em Belo Horizonte (1985), a 7ª em Curitiba (1987) e a 8ª em Belém (1989). Entremeados a esses eventos nacionais, ocorrem outros que também congregam pesquisadores de vários estados brasileiros (Encontro Técnico-Científico da ABSD (Rio de Janeiro, 1986 e Porto Alegre, 1988), I Simpósio Brasileiro de Museus para Educação de Superdotados (Rio de Janeiro, 1988), Seminário Profissionalização e Inserção no Mercado de Trabalho do

Superdotado (Rio de Janeiro, 1988), Encontro de Goiânia (1988), I Encontro de Brasília sobre Superdotados (1988), Fórum Fluminense: A Superdotação nos Processos Reabilitação (1989), sempre com o apoio de universidades públicas e privadas e/ou Secretarias de Educação e da SEESP/MEC.

A década de 90

Nesta década, o Seminário Nacional de Educação e Superdotação (anteriormente Seminário Nacional sobre Superdotados) realiza a sua 9ª edição em Goiânia (1991), a 10ª em Vitória (1994), a 11ª no Rio de Janeiro (1996) e a 12ª em Brasília, juntamente com o Congresso Internacional sobre Superdotação e o III Congresso Ibero-Americano sobre Superdotação (1998), por primeira vez sediado no Brasil. Também ocorrem a 3ª (São Paulo, 1990), 4ª (Salvador, 1991) e 5ª (Recife, 1993) edições do Encontro Técnico-científico; e o I, II e III Encontro Nacional sobre Educação de Bem-Dotados, em Lavras, MG (1994, 1996 e 1999), assim como o I Encontro Estadual Repensando a Inteligência, que ocorreu em Porto Alegre, em 1996.

O novo milênio

Na primeira década do novo milênio (até 2008), os eventos científicos nacionais e internacionais realizados no Brasil foram o 4º (2000) e 5º (2002) Encontro Nacional de Bem-Dotados e Talentosos e o Seminário Internacional de educação de alunos dotados e talentosos (2008), em Lavras; o I (2000) e II (2004) Congresso Mercosul sobre Altas Habilidades, XIII Seminário Nacional da Associação Brasileira para Superdotados (2000) e I Congresso de Jovens Portadores de Altas Habilidades (2000), em Porto Alegre; o 1º, 2º e 3º Encontro Nacional do ConBraSD (Brasília, 2003; Pirenópolis, 2006; Canela, 2008); o seminário A Construção de Práticas Educacionais para Alunos com Altas Habilidades/Superdotação (Brasília, 2005); o 11º Encontro Internacional Centro de Pesquisa e Tecnologia da UNIP-Objetivo (São Paulo, 2008), que teve como tema as AH/SD; e o III Congresso Mercosul sobre AH/SD e II Congresso de Jovens com AH/SD, em Canela, RS, em 2008. Também foram realizados o I Seminário Estadual de Inclusão de Pessoas com AH/SD, em Vitória (2002); o 2º (2000), 3º (2002) e 4º (2004) Encontro Estadual Repensando a Inteligência e o I Seminário Estadual de Políticas Públicas para as Altas Habilidades (2002), em Porto Alegre; o 1º Congresso Paulista de Altas Habilidades/Superdotação (São Paulo, 2007); o 5º do Encontro Estadual Repensando a Inteligência (2006) e o Seminário de Encerramento do Curso de Especialização em AH/SD (2008), em Santa Maria, RS; o I e II Seminário sobre Altas Habilidades/Superdotação da

UFPR (2007 e 2008), em Curitiba; e o 6º Encontro Estadual Repensando a Inteligência (2008), em Canela, RS.

A evolução progressiva do número de eventos, ao longo destas 3 últimas décadas, reflete a importância que a área vem adquirindo, tendo passado de 5 eventos, na década de 70; para 12, na década e 80; 13 na de 90 e 25 eventos, nos últimos 8 anos.

É importante registrar que a produção brasileira nesta área também tem tido presença muito significativa em eventos internacionais, como a World Conference for Gifted and Talented Children, organizada pelo World Council for Gifted and Talented Children e o Congresso Iberoamericano, organizado pela Federación Iberoamericana do World Council for Gifted and Talented Children, que ocorrem bienalmente.

Publicações

É difícil fazer um levantamento fidedigno e completo da toda a pesquisa e produção científica no Brasil, devido à variedade de veículos em que os trabalhos podem ter sido apresentados e à falta de informações sobre a literatura publicada. Desta forma, tomaram-se como referência apenas os livros publicados, que permitem avaliar a trajetória neste sentido.

As primeiras iniciativas – 1920-1970

Segundo Novaes (1979), em 1924, o psiquiatra e pedagogo Ulysses Pernambuco apresentava um relatório recomendando a seleção e educação dos 'bem-dotados', diferenciando-os das crianças precoces.

Helena Antipoff, que chega ao Brasil em 1929, traz consigo a sua experiência nas investigações sobre a inteligência na Suíça, começando as pesquisas na área, que juntamente com as que ocorrem em 1929-31, no Instituto de Psicologia de Recife, com a aplicação de testes para a identificação destes alunos entre estudantes do Ginásio Pernambuco, da Escola Normal de Pernambuco e da Escola Normal Pinto Júnior, constituem as pesquisas pioneiras na área de AH/SD, no Brasil (NOVAES, 1979; PÉREZ, 2004).

Kaseff e Pinto assinam as primeiras publicações brasileiras na área. Em 1931, Kaseff publica ***Educação dos Supernormais***, e profere uma conferência sobre o tema Seleção e Educação dos Supernormais no II Congresso Nacional de Educação, realizado em São Paulo, enquanto que Pinto edita ***O dever do Estado relativamente à assistência aos***

mais capazes, em 1932, e **O Problema da Educação dos Bem-dotados**, em 1933 (NOVAES, 1979; PÉREZ, 2004).

A produção acadêmica, na década de 70, conta com mais de 50 publicações, principalmente artigos em revistas e Anais de eventos. Nessa década, apenas 3 livros foram publicados: **Psicologia dos superdotados** (ROSEMBERG, 1973); **O aluno bem-dotado** (SCHEIFELD, 1976); e **Desenvolvimento Psicológico do Superdotado** (NOVAES, 1979).

A década de 80

Os livros publicados foram apenas quatro: **Os superdotados** (SALLES, 1982); **Psicologia do Superdotado** (ALENCAR, 1986); **Uma bibliografia anotada - Artigos dos Anais dos Seminários da ABSD** (ABSD, 1987) e **Superdotados: Quem são? Onde estão?** (SANTOS, 1988).

A década de 90

Quatro novos livros são publicados nesta década: **A educação dos bem-dotados** (ANTIPOFF, 1992); **Superdotados e psicomotricidade: um resgate à unidade do ser** (PRISTA, 1993); e **Nos bastidores da inteligência** (METTRAU) e **Talento e Superdotação** (NOVAES), ambos em 1995.

O novo milênio

A partir de 2000, a área toma um fôlego maior na produção científica, com onze livros lançados até a data: **Educando os mais capazes: Ideias e Ações Comprovadas** (FREEMAN e GUENTHER, 2000); **Desenvolver capacidades e talentos** (GUENTHER, 2000); **Inteligência: patrimônio social** (METTRAU, 2000); **Criatividade e Educação de Superdotados** (ALENCAR, 2001); **Superdotados: Determinantes, educação e ajustamento** (ALENCAR e FLEITH, 2001); **Talento e Superdotação: Problema ou solução?** (SABATELLA, 2005); **Educação e Altas Habilidades/Superdotação: a ousadia de rever conceitos e práticas** (FREITAS (Org), 2006); **Capacidade e Talento: um programa para a escola** (GUENTHER, 2006) **Desenvolvimento de Talentos e Altas Habilidades: Orientação a pais e professores** (ALENCAR e FLEITH (Org.), 2007); **Altas Habilidades/Superdotação: encorajando potenciais** (VIRGOLIM (Org), 2007); **A construção de práticas educacionais para alunos com Altas Habilidades/superdotados** (FLEITH (Org.), 2007).

As publicações disponíveis em algumas universidades

A escassez de publicações fica evidente quando se procura material bibliográfico sobre AH/SD nas bibliotecas brasileiras. A título de exemplo, a tabela 1 mostra as publicações

disponíveis nas bibliotecas de universidades dos estados com maior produção científica na área, que possuem sistema de consulta via Internet. Nelas foi feita uma busca por “assunto” e “em todos os campos” das seguintes palavras-chaves: Educação Especial, Altas Habilidades, Superdotação e Superdotado, Superdotada e/ou Superdotados, obtendo-se os resultados apresentados na Tabela 1.

TABELA 1 – ACERVO DE OBRAS RELATIVAS A EDUCAÇÃO ESPECIAL, ALTAS HABILIDADES, SUPERDOTAÇÃO, SUPERDOTADA/SUPERDOTADO/SUPERDOTADOS NAS BIBLIOTECAS DE UNIVERSIDADES DOS ESTADOS COM MAIOR PRODUÇÃO NA ÁREA DE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO. BUSCA POR ASSUNTO. (MARÇO, 2009)

| ESTADOS | RIO DE JANEIRO | | | | RIO GRANDE DO SUL | | | | | SÃO PAULO | | | DF | | PARANÁ | |
|-------------------|----------------|--------------|--------|---------|-------------------|-------|------|-------|----------|-------------|--------|-------|--------------|-----|--------|-----------------|
| BASE DE DADOS | UERJ/Sirius | Minerva/UFRJ | UNIRIO | PUC-RIO | SaBi/UFRGS | PUCRS | UFSC | ULBRA | Unisinos | Dedalus/USP | PUC-SP | Ufcar | Pergamum/UnB | UCB | UFPR | Pergamum/PUC-PR |
| ASSUNTO | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Educação Especial | 100 | 184 | 35 | 28 | 2993 | 444 | 200 | 773 | 350 | >2000 | 437 | 399 | 1012 | 20 | 297 | 1154 |
| Altas Habilidades | 0 | 2 | 0 | 0 | 1 | 12 | 10 | 71 | 3 | 3 | 1 | 0 | 11 | 8 | 0 | 1 |
| Superdotação | 0 | 0 | 0 | 0 | 10 | 12 | 2 | 9 | 2 | 6 | 1 | 0 | 12 | 4 | 0 | 2 |
| Superdotado/a/s | 23 | 23 | 0 | 7 | 148 | 29 | 28 | 68 | 22 | 76 | 28 | 0 | 20 | 15 | 12 | 20 |

Se não bastasse a eloquência dos números, ainda deve se destacar que, na maioria delas, as obras (livros, artigos, folhetos, manuais, teses e dissertações) referidas nos assuntos “Altas Habilidades”, “Superdotação”, “Superdotada”, “Superdotado” e “Superdotados” se repetem constantemente; também cabe salientar que, dessas obras, existem 159 publicadas nos últimos 10 anos, sendo as restantes publicadas entre 1901 e 1998.

PESQUISA E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Dissertações e teses

As universidades brasileiras têm contribuído com o conhecimento na área por meio da produção de dissertações e teses, implantação de cursos e alguns programas de extensão e grupos de pesquisa.

Se analisarmos a produção científica registrada pelas universidades brasileiras no Banco de Teses da CAPES no período disponível para pesquisa (1987 a 2007) verificamos alguns fatos importantes.

O fato mais notório é que existem apenas 7 teses de Doutorado e 50 dissertações de Mestrado com foco explícito na área, defendidas no período, em todo o País, o que

representa menos de 4% das 166 teses e menos de 7% das 786 dissertações já defendidas sobre Educação Especial.

Das sete Teses, 5 foram defendidas na área da Educação, 1 na Psicologia e 1 na Sociologia, sendo 6 em universidades públicas e 1 em universidade particular. A primeira foi defendida na década de 80 e as demais, na primeira década de 2000.

Das dissertações, 1 foi produzida na década de 80; 10 na década de 90 e as 39 restantes na 1ª década de 2000, sendo 32 na área de Educação, 16 na Psicologia, uma na Informática e uma na Educação Física; 36 originadas em universidades públicas e 14 em instituições privadas.

As teses e dissertações foram produzidas em 12 estados, sendo a liderança dos estados de Rio de Janeiro (14), Rio Grande do Sul (12) e Distrito Federal (8), seguidos por São Paulo (4); Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Paraná (3 cada), Amazonas, Ceará, Espírito Santo e Goiás (2 cada), e Paraíba (1).

Cursos e programas de extensão

Em 1979, a UERJ cria o primeiro Curso de Mestrado em Educação especial do superdotado.

Na década de 80, a UFMG, juntamente com o CENESP, criam o Programa de enriquecimento de currículo para alunos bem-dotados da 4ª a 8ª séries do 1º grau (1980) e a PUC-RS oferece o Curso de Especialização em Educação Especial do Superdotado, em 1981, iniciativas depois descontinuadas. Em 1989, a UCG implanta o Programa Aprender a Pensar, coordenado pela Dra. Débora Pires, que atende a crianças e adolescentes com AH/SD de 5 a 15 anos.

Na década de 90, marcada pelo impacto da Declaração de Salamanca e da promulgação da LDB, também foi iniciado o Projeto de Pesquisa Da identificação à orientação de alunos portadores de altas habilidades (1999), na UFSM, coordenada pela Dra. Soraia Freitas, e financiado pelo PIBIC/CNPq, que continua se desenvolvendo até a data.

No novo milênio, é implantado o Projeto de Atendimento a Alunos com Altas Habilidades/Superdotação na UFF (2002), coordenado pela Dra. Cristina Delou, que oferece serviços a crianças e adolescentes. Numa iniciativa inovadora, a UFPR começa a atender seus alunos com AH/SD no NAPNE – Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, coordenado pela Dra. Laura Ceretta. A UFSM

oferece, em 2007, um Curso de Especialização em Educação Especial: Altas Habilidades/Superdotação.

Grupos de pesquisa

Os grupos de pesquisa que incluem a linha de AH/SD são 7, concentrados em 4 estados (DF, RS, RJ e SP): *Inteligência e criação: práticas educativas para portadores de altas habilidades*, formado em 1995 e liderado pela Dra. Christina Cupertino (UNIP); *Processos Criativos e Superdotação*, formado em 2000 e liderado pelas Dras. Eunice Alencar e Denise Fleith (UCB); *Educação Especial: Interação e Inclusão Social*, liderado pela Dra. Soraia Freitas (UFSM) e *Talento e Capacidade Humana na Sociedade e na Educação*, liderado pela Dra. Cristina Delou (UFF), ambos formados em 2002; *Educação para a Saúde e Educação Inclusiva*, liderado pelo Dr. Claus Söbäus (PUCR-RS) e *Criatividade e Inovação nas Organizações*, liderado pela Dra. Maria de Fátima de Faria (UnB), formados em 2006 e *Moral, Inteligência e Altas Habilidades*, formado em 2007, e liderado pela Dra. Marsyl Mettrau (Universo).

Produção científica no GT 15 da ANPED

Para analisar a frequência do tema AH/SD nas Reuniões Anuais da ANPEd foi realizada uma pesquisa de todos os trabalhos selecionados para apresentação no GT-15 entre 1991 e 2008. Os dados relativos ao período 1991-2001 foram investigados a partir do trabalho encomendado para a 25ª Reunião Anual *O GT Educação Especial: análise da trajetória e da produção apresentada (1991 – 2001)* (FERREIRA, 2002) e os relativos ao período 2000-2008 nas páginas das respectivas reuniões anuais do mesmo site. Dos 264 trabalhos apresentados (36 pôsteres, 30 comunicações, 192 trabalhos; 6 trabalhos encomendados) foram efetivamente considerados 257, visto que 5 não estão disponíveis para leitura e 2 foram classificados no GT 15, mas, na realidade não correspondem a este GT. Apenas 4 contemplam o tema de AH/SD diretamente e 2 mencionam esta área quando tratam de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (PNEE) ao longo dos 18 anos pesquisados.

Os trabalhos apresentados nesse período sugeriram as 8 categorias descritas a seguir.

Na categoria Formação de Professores foram incluídos 32 trabalhos que referiam relatos de experiência ou questões relacionadas à formação de docentes na Área de Educação Especial.

A categoria Políticas Educacionais nucleia 22 trabalhos que discutem os aspectos legais e políticos relativos à Educação Especial. De fato, dos 22 trabalhos que pretendem discutir questões relacionadas às políticas de Educação Especial ou para as Pessoas com

(Portadoras de) Necessidades Educacionais (Educativas) Especiais, apenas 3 o fazem efetivamente, sendo que 19 mencionam apenas questões relativas às Pessoas com Deficiência.

Dos 18 trabalhos da categoria Inclusão, que deveriam referir-se a todos os alunos com necessidades educacionais especiais, nenhum deles o faz de fato, discutindo apenas questões relativas às Pessoas com Deficiência.

A categoria Estratégias Pedagógicas/Práticas Curriculares e Avaliação reúne 20 trabalhos relativos a casos específicos de Pessoas com Deficiência ou atendimentos implantados para essa população.

A categoria Estado do Conhecimento reúne 8 trabalhos que analisam a própria produção da área de Educação Especial, seja em relação às pesquisas relatadas ou à implementação de políticas públicas de Educação Especial.

A categoria Acessibilidade apresenta apenas 3 trabalhos que tratam da acessibilidade exclusivamente das Pessoas com Deficiência.

Na categoria Aspectos Filosóficos/Diversidade, os 11 trabalhos incluídos discutem mais especificamente os princípios filosóficos subjacentes à Educação Especial, devendo observar-se que todos eles abordam questões mais relacionadas à diversidade do que a própria Educação Especial.

Na categoria Áreas de Educação Especial, que inclui o maior número de trabalhos (146) são abordados temas específicos a uma área de deficiência ou de AH/SD e, em consequência, distribuídos em 11 subcategorias: Condutas Típicas (4); Deficiência Auditiva/Surdez (50); Deficiência visual (10); Deficiência Física (1); Deficiência Mental (67), Altas Habilidades/Superdotação (4); Deficiências Múltiplas (5); Transtornos ou Distúrbios Globais do Desenvolvimento (2) e Paralisia cerebral (1).

Os 4 trabalhos aprovados da área de AH/SD: um pôster (METTRAU e OLIVEIRA, 1998) que trata sobre as relações entre inteligência e avaliação, e três trabalhos (REIS e col, 2001, SILVA e SALGADO, 2003 e BRANDÃO e MORI, 2007) que relatam, respectivamente, a história de vida de uma pessoa com deficiência e AH/SD; a história de vida de mães de alunos com AH/SD e avaliação do atendimento em uma sala de recursos no estado do Paraná, não permitem ter uma ideia mais global das pesquisas na área, como sugere Ferreira (2002, p. 9) ao constatar que, nos trabalhos apresentados ao GT 15:

Estudos com a peessoa superdotada e com o portador de condutas típicas só foram apresentados recentemente, e em pequeno número. No único trabalho sobre altas

habilidades, Reis e col. (2001) relataram a história de vida de uma jovem com deficiência física e portadora de altas habilidades intelectuais (grifos meus).

Por outro lado, constata-se um fator que também prejudica a compreensão da área de AH/SD: o entendimento do que seja Educação Especial e Inclusão nos trabalhos apresentados. Nos textos das diferentes categorias (exceto os de Áreas da Educação Especial, nos quais se justifica essa abordagem), existe uma sinonímia direta e equivocada entre PNEE e pessoa com deficiência.

O trabalho encomendado para a 27ª Reunião Anual, coordenado por Prieto (2004) *Políticas de inclusão escolar no Brasil: descrição e análise de sua implementação em municípios das diferentes regiões*, que apresenta a situação da Educação Especial à época nos municípios de Belém (PA); Natal (RN); Campo Grande (MS); Diadema (SP) e Porto Alegre (RS), é um dos raros exemplos de uma reflexão mais ampla e correta sobre esta modalidade de educação. Nele, Oliveira et al., ao analisarem a inclusão na rede municipal de Belém, comentam a *“provável dificuldade dos educadores em identificarem casos de altas habilidades”* (in PRIETO, 2004, p.12), assim como Martins, Silva e Vargas (in PRIETO, 2004, p. 56-57), que constatam que *“não existe qualquer atendimento a educandos que apresentem altas habilidades”* nem no Estado do RN nem no município de Natal. Oliveira, Corrêa e Kassar (in PRIETO, 2004, p. 78), na análise do estado de MS, também apontam que *“o atendimento mais incipiente ocorre aos alunos com Altas Habilidades (apenas uma sala em escola municipal)”*, referindo que *“Bittelbrunn (2003), em trabalho realizado em Mato Grosso do Sul, já havia apontado para a carência de serviços adequados com essa população”*.

Lacerda (2003, p. 1) soma-se aos pouquíssimos olhares que percebem a amplitude do conceito de PNEE ao afirmar que:

Se a homogeneidade dos grupos identificados por gênero, sexualidade, raça, classe, já é problemática, o que dirá daqueles agrupados por ‘necessidades especiais’ - espectro que abrange desde pessoas com deficiências múltiplas, até aquelas com altas habilidades... (LACERDA, 2003, p. 1)

Acredita-se que esta situação tem grande parte de sua origem na prevalência dos mesmos mitos e crenças populares¹ que tornam as Pessoas com AH/SD invisíveis. O pensamento corrente de que esses alunos não precisam ter atendimento especial; que são sempre os alunos ‘nota dez’ da sala de aula; que só existem em classes privilegiadas (uma crença antiga que as pesquisas do mundo inteiro já têm jogado por terra) soma-se ao sentimento de culpa e de pena pelos alunos com deficiência, que os coloca em posição desprivilegiada.

¹ Por mais referências sobre os mitos e crenças populares sobre AH/SD, consultar PÉREZ, 2003.

Outro mito que também compromete a compreensão e a própria produção na área é a ideia de que os alunos com AH/SD são muito poucos. As estatísticas oficiais provenientes dos censos escolares, que refletem apenas uma pequeníssima parte dos alunos com AH/SD efetivamente atendidos, indicam um número insignificante de matrículas nas escolas. O Censo de 2007 (INEP, 2009), por exemplo, refere 2.982 alunos com AH/SD em todo o País. O fato é que, mesmo utilizando os índices mais conservadores, como os da OMS, que atribuem um percentual de 3,5 a 5% de pessoas com AH/SD (considerando apenas as áreas linguística e lógico-matemática), os alunos com AH/SD matriculados nas escolas não seriam menos do que 2.260.000. Pesquisas recentes (ABSD-RS, 2001; GUENTHER, 2006 e PÉREZ, 2004) no Brasil têm constatado índices que variam de 5 a 7,78%, dependendo das inteligências contempladas para o estudo.

Com o aumento da divulgação sobre o tema, principalmente na mídia popular, também se tem constatado a confusão da concepção de AH/SD com a ideia de "precocidade" ou mesmo "criatividade", e isso tem contribuído para a divulgação de informações sem embasamento teórico que, em alguns casos, chegam a atribuir às AH/SD índices de até 20%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados analisados, observa-se que a produção do conhecimento na área de AH/SD começa a se consolidar apenas a partir da década de 90 e parece estar em franco desenvolvimento, fundamentalmente na primeira década do milênio, quando aumenta consideravelmente em relação às décadas passadas.

Em termos de política educacional brasileira, vê-se que o campo ainda precisa de um maior investimento e de regulamentações legais que permitam afiançar e ampliar o atendimento aos alunos com AH/SD, especialmente nas etapas de educação posteriores ao Ensino Fundamental. Para isso também é fundamental o crescimento do movimento da sociedade civil que reivindica os direitos dessas pessoas e que tende a se fortalecer à medida que aumenta a conscientização em relação ao tema.

Os eventos técnico-científicos também mostram um forte crescimento e são elementos chaves para incentivar a informação e a pesquisa na área.

As publicações, embora em número cada vez maior, ainda são bastante tímidas, se considerarmos as necessidades crescentes, em termos de formação de profissionais; os temas abordados pelas publicações que, até agora, em sua maioria e devido à própria escassez, ainda incursionam pelos aspectos fundamentais da área, como a concepção e as

características básicas das pessoas com AH/SD; e à pouca disponibilidade dessas publicações no território nacional e nas bibliotecas universitárias.

A pesquisa e a produção científica nas universidades brasileiras corroboram o crescimento da área, mas também revelam escassez de oferta de linhas de pesquisa e de cursos na área, com uma concentração marcada em poucos estados brasileiros. A partir das informações veiculadas pela CAPES, não há forma de saber os critérios de avaliação para a seleção dos projetos que têm sido apresentados pelos candidatos de Mestrado e Doutorado nas universidades do País, pelo que também é difícil avaliar a razão do pequeno número de pesquisas na área.

No âmbito da ANPEd, determinar as causas dessa quase ausência de produções científicas requereria o acesso aos trabalhos apresentados e não selecionados, o que talvez permitisse vislumbrar quais foram os critérios de seleção ou rejeição do GT.

Na produção da ANPED, a área de AH/SD ainda não tem significação no âmbito nacional, se considerarmos que apenas quatro trabalhos discutiram este tema dentre os 257 apresentados disponíveis.

Essa transparência que envolve os alunos com AH/SD pode ser compreensível (mas não justificável) aos olhos do professor de sala de aula e dos demais educadores que com eles trabalham, porque a educação continuada, que deveria garantir o conhecimento e proporcionar-lhes ferramentas de trabalho ainda é uma quimera. Essa transparência aos olhos dos Gestores da Educação pode ser compreensível (mas não justificável) porque, muitas vezes, esses gestores desconhecem a população para a qual devem implementar as políticas educacionais. Porém, aos olhos dos pesquisadores em Educação Especial, essa transparência não é compreensível nem justificável, porque por serem os produtores de conhecimento, mitos e crenças populares devem ser combatidos e esclarecidos. Esses mitos e crenças populares não são compreensíveis nem justificáveis aos olhos dos docentes de pós-graduação que se defrontam com o desafio de orientar um tema sabidamente carregado de preconceitos, que ainda é desconhecido pela grande maioria deles e que gera desconforto, medo e certa inquietação (negativa), mesmo entre aqueles que oferecem linhas de pesquisa com ênfase na Educação Especial, porque a função precípua de um orientador não é a detenção de conhecimento, mas a própria aprendizagem.

O desconhecimento de que o aluno com AH/SD é um Aluno com Necessidades Educacionais Especiais, que requer estratégias pedagógicas diferenciadas e que deve ser

atendido no âmbito da Educação Especial tem que ser banido do acervo dos pesquisadores, porque:

Enquanto os educadores e a sociedade, como um todo, não forem capazes de diferenciar mitos de realidade, enquanto estes alunos não saírem da invisibilidade e não forem distinguidas as suas necessidades, enquanto os dispositivos que visam a constituir políticas educacionais continuarem apenas “falando” deste aluno como alvo da inclusão sem “pensar” em estratégias reais de inclusão, enquanto não lhe for “permitido” a este aluno se auto-reconhecer e se aceitar como diferente, enquanto não aumentar a produção científica e os pesquisadores na área de altas habilidades, a inclusão não será possível (PÉREZ, 2004, p. 248).

Se ainda não existe certeza da ‘intelligentsia’ brasileira quanto às características, à prevalência e quanto ao que fazer com estes alunos, é a própria pesquisa que poderá proporcionar elementos para subsidiá-la e, por enquanto, ela ainda se mantém relativamente alheia a estas problemáticas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA SUPERDOTADOS – SEÇÃO RS (ABSD-RS). **Altas Habilidades/Superdotação: Manual de Orientações para Pais e Professores**. Porto Alegre: ABSD-RS, 2000.

_____. **Relatório Final da Pesquisa sobre Portadores de Altas Habilidades – Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: ABSD-RS, 2001.

ANPEd - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. **Portal ANPEd**. Disponível em: www.anped.org.br. Acesso em 16 Fev. 2009.

BRASIL. Lei **Nº 4024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Poder Executivo. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis> Acesso em 03 maio 2006.

_____. Lei Nº 5692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Poder Executivo. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm> Acesso em 03 mai. 2006.

_____. Lei Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/legis/default.htm>> Acesso em: 03 out. 2003.

_____. Lei nº 10172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em: 05 set. 2001.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação à Distância. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes gerais para o atendimento educacional aos alunos portadores de altas habilidades/ superdotação e talentos**. Brasília: MEC/SEESP, 1995.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. In: Inclusão: Revista de Educação Especial/Secretaria de Educação Especial, v. 4, n. 1, jan./jun. 2008.

CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Banco de Teses e Dissertações**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>> Acesso em: 16 mar. 2009.

FERREIRA, J. R. **O GT Educação Especial: análise da trajetória e da produção apresentada (1991 – 2001)**. Trabalho apresentado na 25ª Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), Caxambu, 2002.

GUENTHER, Z. C. **Capacidade e talento: um programa para a escola**. São Paulo: E.P.U., 2006.

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopses estatísticas. Educação Básica. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2007**.

Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>>
Acesso em: 16 mar. 2009.

LACERDA, P. M. Portadores de necessidades especiais frente às políticas de reconhecimento. Trabalho apresentado na 26ª Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), Caxambu, 2003.

NOVAES, M. H. **Desenvolvimento Psicológico do Superdotado**. São Paulo: Atlas, 1979.

PÉREZ, S. G. P. B. Mitos e Crenças sobre as Pessoas com Altas Habilidades: alguns aspectos que dificultam o seu atendimento. **Cadernos de Educação Especial**. Santa Maria, n. 22, p. 45-59, 2003.

_____. **Gasparzinho vai à escola: um estudo sobre as características do aluno com altas habilidades produtivo-criativo**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PRIETO, R. G. **Políticas de inclusão escolar no Brasil**: descrição e análise de sua implementação em municípios das diferentes regiões. Trabalho apresentado na 27ª Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), Caxambu, 2004.